



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DA VEREADORA PAULA MARQUES

Proposta nº 748 /2014

Assunto: Aprovar a metodologia de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (PDLBC) e do modelo funcional dos Gabinetes de Apoio ao(s) Bairros de Intervenção Prioritária (GABIPs), nos termos da proposta.

Pelouro: Desenvolvimento Local

I - Considerandos:

- a) O município de Lisboa aprovou pela Deliberação 1115/2009, em sessão de CML de 11 de Novembro e em Assembleia Municipal de 12 de Janeiro de 2010, os **Objectivos estratégicos do Programa Local de Habitação de Lisboa** (PLH) validados por um amplo processo de consulta pública, designadamente: "Melhorar a qualidade da vida urbana e a coesão territorial" e "Promover a coesão Social".
- b) O município de Lisboa aprovou pela Deliberação 616/2010, em sessão de CML de 17 de Novembro e em Assembleia Municipal de 1 de Março de 2011, a **Carta BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa**, resultante da identificação e caracterização territorial dos défices socio-económicos, urbanos e ambientais validados por um amplo processo de consulta pública, para a priorização e focalização da intervenção municipal. Esta Carta, integrante do Plano Director Municipal de Lisboa em vigor, pressupõe uma delimitação destes territórios de carácter flexível e actualizável pelos seus indicadores.
- c) O **Programa de Parcerias Locais BIP/ZIP** criado no quadro do PLH, nas suas já quatro edições anuais em 2011 (Deliberação 725/CM/2010), 2012 (Deliberação 34/CM/2012), 2013 (Deliberação CM/58/2013) e 2014 (Deliberação 116/CM/2014), tem como objectivo a promoção e a capacitação das organizações e das parcerias locais de base comunitária nos territórios BIP/ZIP, somando hoje um total de 152 projectos de parceria local financiados com 473 organizações envolvidas.
- d) A experiência entretanto acumulada pela CML com a instituição de diversos **Gabinetes de Apoio ao(s) Bairro(s) de Intervenção Prioritária** (GABIPs), entendidos como instrumento e metodologia participativa de intervenção local transversal na elaboração e gestão de Planos de intervenção local em BIP/ZIP entre o Município, as Juntas de Freguesia e as Organizações Locais de Base Comunitária (OLBC) adaptados às características e intervenções específicas a cada território ou associação de territórios BIP/ZIP, designadamente na gestão de intervenções com financiamento do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) bem como na elaboração de candidaturas a financiamento directo pela Comissão Europeia (PROGRESS) aos Planos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (PDLBCs) para o BIP - Bairro Padre Cruz em Carnide e para um conjunto de BIPs da Alta de Lisboa em Santa Clara e Lumiar.
- e) O presente **alinhamento do Programa de Governo da Cidade e da Estratégia Lisboa 2020**, articulados com a adequação orgânica e funcional dos serviços do pelouro do Desenvolvimento Local, a capacidade de participação das Juntas de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DA VEREADORA PAULA MARQUES

Freguesia e a capacidade demonstrada das Organizações Locais de Base Comunitária para as actuais oportunidades e modelos de financiamento e a urgência na Elaboração de Planos de Intervenção.

- f) A partilha estabelecida e desenvolvida em diversas redes ao nível europeu e internacional com o **reconhecimento das boas-práticas da Estratégia de Desenvolvimento Local de Lisboa.**

II - No uso das competências que me foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 13 de Novembro de 2013, publicado no Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de Novembro seguinte, nomeadamente:

- a) **“Elaborar e propor a política de desenvolvimento local” (al. a) – n.º 2 Secção B);**
b) **“Coordenar o Programa Local de Habitação, que enquadra a política de desenvolvimento local” (al. b) – n.º 2 Secção B);**
c) **“Desenvolver e implementar planos de desenvolvimento local, designadamente para intervenção transversal em Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, criando os GABIP como estrutura de gestão e coordenação local onde existam ou venham a existir os referidos planos” (al. d) – n.º 2 Secção B).**

III -Tendo como objectivos:

- a) A construção e implementação de uma política e estratégia de desenvolvimento local de base comunitária para o município focalizada na promoção da coesão socio-territorial e no combate às causas de prevalência territorial da pobreza.
b) A construção e implementação de uma política e estratégia de desenvolvimento local de base comunitária assente na metodologia participativa das comunidades locais na sua definição, execução, monitorização e avaliação.
c) A concertação estratégica e operacional entre parceiros.
d) A clarificação de modelo, coordenação e articulação interna (CML) da pilotagem municipal. Estabilização de modelo de participação das Organizações Locais de Base Comunitária e de outros parceiros dos segundo e terceiro sectores.
e) O alinhamento e compatibilização com os instrumentos do Quadro Portugal 2020 e das oportunidades de financiamento com o modelo funcional e de participação dos GABIPs e de elaboração dos PDLBCs entre o município e demais parceiros.

IV - Nos termos das alíneas I), aaa) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se:

1. A estabilização do modelo de GABIP - Gabinete de Apoio a Bairro de Intervenção Prioritária, densificando e sistematizando este instrumento já existente de operacionalização da estratégia de Desenvolvimento Local/Estratégia BIP/ZIP, definindo a seguinte metodologia de constituição de novos GABIP, suas competências



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DA VEREADORA PAULA MARQUES

e seu funcionamento. Assegurando assim o devido acompanhamento permanente do processo de intervenção integrado e implementação de futuros PDLBCs, bem como a compatibilização com o instrumento de “Associação(ões)” e/ou Consórcio(s) entre o Município e demais parceiros locais.

Cada GABIP deverá ser constituído com:

- a) Equipa técnica do GABIP – composta por um coordenador e técnicos indicados pelos vereadores com competências em cada território. Será função desta equipa a gestão e acompanhamento técnico e administrativo permanente de toda a actividade do GABIP, nomeadamente das intervenções integradas que se operem no território, com particular preponderância das resultantes da implementação de um PDLBC. Caso se verifique necessário esta equipa poderá incluir outros técnicos das empresas municipais, de Juntas de Freguesia ou outros em moldes a acordar entre as partes;
- b) Comissão Executiva do GABIP (CE), composta pela equipa técnica, representação da Junta de Freguesia, representação da Associação de Moradores ou organismo similar, representação das empresas municipais relevantes no território, representação dos serviços municipais sectoriais com relevância no território, representação da UIT respectiva, representação do vereador do pelouro do Desenvolvimento Local. Será função da Comissão Executiva o acompanhamento mais estreito das operações integradas de intervenção nomeadamente no que toca à circulação de informação regular e objectiva por todos os agentes envolvidos e ao acompanhamento das intervenções transitórias ou definitivas a realizar no território;
- c) A constituição de uma Comissão Alargada (CA) composta pela equipa técnica do GABIP, pela restante CE, representação das instituições locais, representação da comissão de acompanhamento da assembleia de Freguesia (quando esta exista) e os vereadores com competência no território em questão. Será função da CA a reflexão e avaliação sistemática do processo de intervenção no território, podendo apresentar propostas concretas relativas ao seu desenvolvimento;
- d) A coordenação da equipa técnica do GABIP deverá ser assegurada por elemento da área de maior preponderância da intervenção a efectuar;
- e) A constituição de cada GABIP específico e correspondente nomeação de coordenação deverá ser sujeita a deliberação de CML por proposta do vereador da Habitação e Desenvolvimento Local em articulação com todos os outros vereadores com competências no território em questão.

Esta matriz deverá ser flexível para que cada território possa ter o GABIP melhor adaptado às suas características e o seu modelo deverá ser ajustável a todo o tempo.

2. **A definição do modelo de Plano de Desenvolvimento Local de Base Comunitária**, segundo a estratégia municipal de Lisboa para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária elaborada pelo Pelouro da Habitação Desenvolvimento Local na



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DA VEREADORA PAULA MARQUES

prossecução do Programa Local de Habitação, da Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária e da criação de GABIPs:

- a) Plano integrado de correcção das carências socio-económicas de um determinado território (urbano);
 - b) Plano de intervenção/acção local transversal por oposição à abordagem central sectorial;
 - c) Focalização no combate às causas da prevalência de pobreza;
 - d) Planeamento e co-governança partilhados entre a autarquia, o tecido empresarial e as organizações locais de base comunitária;
 - e) Fundamentado na compreensão dos indicadores socio-económicos e do seu desfasamento face à média da cidade;
 - f) Conciliação dos défices estatísticos com as expectativas expressas pela comunidade;
 - g) Focalização da intervenção na resolução das causas dos défices socio-económicos;
 - h) Capacitação dos indivíduos e das organizações comunitárias para a resolução sustentável dos seus problemas/défices;
 - i) Emancipação socio-económica da comunidade pela capacidade competitiva e de exportação de valor acrescentado;
 - j) Estratégia de investimento equilibrado entre as áreas de intervenção do Plano de Desenvolvimento Local.
3. **Mandar a Vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local, em representação do Município, para o desenvolvimento das acções preparatórias ao estabelecimento de “Associação(ões)” e/ou Consórcio(s) entre o Município e demais parceiros** que possam contribuir para a estratégia municipal de Lisboa para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária, nos termos descritos nos considerandos e compatíveis com a “pré-qualificação do concurso para apresentação de candidaturas a DLBC urbanos (Nº 02/2014, 16-11-2014)”.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2014

A Vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local

(Paula Marques)



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 10 e 11 de dezembro de 2014, as atas e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das actas nºs. 42, 43 e 44 das Reuniões de Câmara Câmara de 22 e 29 de outubro e 05 de novembro de 2014.

(Aprovadas por unanimidade)

Proposta n.º 740/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015-2018, bem como o Orçamento e o Mapa de Pessoal, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 5 votos contra (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2 PCP))

Proposta n.º 740-A/2014 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração à proposta n.º 740/2014 (Orçamento para 2015), nos termos da proposta;

(Rejeitada com 13 votos contra (9PS , 2Ind. e 2PCP) e 3 votos a favor (2PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 740-B/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador do CDS/PP)

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração à proposta n.º 740/2014 (Orçamento para 2015), nos termos da proposta;

(Rejeitada com 13 votos contra (9PS , 2Ind. e 2PCP) e 3 votos a favor (2PPD/PSD e 1CDS/PP))



Proposta n.º 726/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Tabela de Taxas a vigorar para 2015, bem como a prorrogação do regime previsto no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município, nos termos da proposta;
(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 5 votos contra (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 745/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa para que este órgão autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2015, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, nos termos da proposta;
(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 746/2014 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Fernando Medina e Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal a proposta de abertura de dois procedimentos concursais comuns para admissão de 15 trabalhadores da categoria de Assistente Operacional (Coveiro) e 11 trabalhadores da categoria de Assistente Operacional (Tratador Apanhador de Animais), com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 747/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar a criação de uma equipa de trabalho relativa à execução do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS e 2Ind. e 2PPD/PSD) e 3 abstenções (1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 748/2014 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a metodologia de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (PDLBC) e modelo funcional dos GABIP(s), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 749/2014 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar a atribuição da Chave da Cidade ao anterior Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PPD/PSD), 1 voto contra (1CDS/PP) e 2 abstenções (2PCP))

Proposta n.º 750/2014 (Subscrita pela Câmara)

Aprovar a atribuição do topónimo “Avenida Eusébio da Silva Ferreira”, ao troço da Av. General Norton de Matos, entre a via a nascente do Estádio da Luz e o acesso à Av. General Correia Barreto, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, Rui Loureiro *Rui Loureiro* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 11 de dezembro de 2014.

O Presidente

António Costa

- António Costa -